

# DICAS

## INSTITUTO PÓLIS

### IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Apoio: **UNICEF**

DS Nº 132

1999

## CRIANÇA NO LIXO, NUNCA MAIS

***O Programa Lixo e Cidadania pretende erradicar a catação de lixo por crianças e adolescentes, capacitar seus familiares para que tenham trabalho e renda, e, ainda, mudar a situação do destino final do lixo.***

**N**a maioria dos municípios brasileiros há pessoas vivendo no lixo. São catadores de rua ou coletores de sucata e papelão. Também há famílias inteiras que sobrevivem nos lixões, recolhendo restos de comida e outros materiais.

Mais de 100 mil pessoas, incluindo crianças e adolescentes, trabalham na catação, tendo-se, em alguns lugares, três gerações de uma mesma família vivendo no e do lixo. A situação destas pessoas é extremamente cruel: expostas a doenças através de vetores (moscas, ratos, baratas), mutilações e risco de vida. Elas estão privadas de educação, lazer, moradia, saúde, afeto, e convivem com marginalidade, prostituição, uso indevido de drogas, sem qualquer perspectiva de um futuro digno.

Para reverter este quadro, o Programa Lixo e Cidadania, uma iniciativa do Unicef em parceria com várias entidades, dentre elas o BNDES, CEF, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e o Instituto Pólis, pretende favorecer alternativas sociais para que nenhuma criança tenha que sobreviver da catação de lixo, e, no caso dos adultos, que o possam fazer de forma digna e em outras condições de trabalho. Além disso, quer desen-

cadear ações que ofereçam novas perspectivas para a destinação final dos resíduos sólidos.

### ■ AÇÕES MUNICIPAIS

**O** ponto central de programas que busquem alternativas sociais para que nenhuma pessoa tenha que sobreviver da catação de lixo de forma degradante é a geração de emprego. A criação de postos de trabalho na prefeitura e na comunidade e a formação de cooperativas de triagem ou beneficiamento de materiais são opções que devem ser implementadas de acordo com a capacidade de cada município.

Enquanto não se criam alternativas de emprego, a prefeitura pode investir em Programas de Garantia de Renda Mínima, ações educativas e alimentares, buscando oferecer um mínimo de qualidade de vida, para afastar as crianças destas atividades. É importante privilegiar uma abordagem intersetorial (integrando órgãos encarregados da limpeza pública, com as secretarias de educação, saúde, etc.). Além disso, pode-se montar grupos interdisciplinares integrando conselhos, entidades, universidades, organizações religiosas, ONGs e voluntários que, de alguma forma, estejam envolvidos com a problemática, ou sejam sensíveis a ela, para que as ações sejam combinadas e consigam interferir em múltiplos lados da questão.

Apesar das diferenças entre os municípios, três aspectos devem ser levados em conta: a criança e o adolescente, a família, e a destinação final do lixo.

a) Criança e adolescente: Deve-se orientar as escolas para que priorizem vagas para as crianças e adolescentes que vivem da catação do lixo. Além disso, um dos desafios tem sido enfrentar os preconceitos por parte dos professores, servidores, diretores e alunos em relação às crianças que vivem em locais como os lixões, e ajudá-las em sua adaptação e integração universo escolar. Também devem ser promovidas atividades no período livre. Creche para as crianças menores, oficinas de artes e atividades profissionalizantes para os que têm mais de 14

anos, bem como oportunidades e espaços para lazer e esporte.

A saúde e a alimentação também merecem atenção especial. A partir de um diagnóstico epidemiológico das pessoas que vivem do lixo, é possível detectar os maiores problemas que afetam o grupo, em especial as crianças que sofrem com doenças de pele, respiratórias e desnutrição, e implementar as intervenções necessárias. Já os adolescentes necessitam de orientação nas questões relativas a doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e drogas.

b) Família: Além da atenção voltada para crianças e adolescentes, é fundamental gerar renda para a família. Do contrário, a criança não vai sair do lixão, a não ser para pedir esmola. Uma possibilidade é um Programa de Garantia de Renda Mínima (veja *DICAS n° 48 e n° 50*) voltado especialmente para quem vive do lixo. Caso o município já tenha um programa similar, pode-se cogitar prioridades ou condições especiais para estas famílias, como maior tempo de permanência neste programa e um atendimento social diferenciado. Outra alternativa é um programa como o Bolsa-Escola (veja *DICAS n° 75*) que pagam uma renda mensal às famílias que mantêm seus filhos na escola.

Também as mães devem ser envolvidas em programas de orientação alimentar, combate à desnutrição, saúde e violência, drogadição e relação com os filhos.

O resgate da auto-estima das pessoas que moram e vivem do lixo é imprescindível: em Belo Horizonte-MG, paralelamente à preocupação com a destinação dos resíduos, foram desencadeadas ações culturais de valorização do trabalhador, de capacitação profissional e de disponibilização de infra-estrutura digna para quem trabalha neste setor (veja *DICAS n° 66*). Deve-se levar em conta que estas pessoas dificilmente conseguirão emprego em outras áreas. Ainda assim é importante capacitá-las com cursos de alfabetização e profissionalizantes. Em Timóteo-MG (65 mil hab.), por exemplo, foi criado o Programa de Autogestão de Limpeza Pública, um convênio entre a prefeitura e o Conselho Comunitário Municipal para limpeza e capina das vias e logradouros públicos, contratando e capacitando pessoas nos próprios bairros onde os serviços têm que ser reali-

zados. Já a prefeitura de São Paulo-SP (9.842 mil hab), em 1990, apoiou a organização dos catadores de papel em cooperativa, a COOPAMARE, ajudando a resgatar sua cidadania ao mesmo tempo em que reduzia os gastos públicos com a gestão de resíduos (veja DICAS n° 58 e Revista Pólis n° 31).

Mas não basta organizar as pessoas para tirá-las dos lixões. Além de emprego e renda, é preciso garantir o atendimento às suas necessidades básicas, como moradia e saúde. Para resolver de forma definitiva a situação, é preciso fechar ou transformar o lixão em aterro sanitário ou controlado, com o seu cercamento, e a implantação da infra-estrutura para a sua operação como tal, evitando-se dessa forma que novos catadores se estabeleçam no local.

c) Destinação final do lixo: A mudança no padrão de destinação do lixo é uma boa oportunidade para mudar o modelo de gerenciamento de resíduos adotado pela prefeitura. Esta mudança deve levar em conta a redução do volume, a reutilização e a reciclagem dos resíduos (veja DICAS n° 109). A administração municipal, em parceria com organizações da sociedade civil, pode aproveitar a oportunidade e iniciar programas de coleta seletiva e reci-

clagem, envolvendo neste trabalho as pessoas que antes viviam da catação de lixo, e que passam a ter renda e condições dignas de sobrevivência. A partir desta nova situação familiar, será cada vez menor a presença de crianças e adolescentes nos lixões.

## ■ IMPLANTAÇÃO

Um projeto de erradicação do trabalho infantil nos lixões deve ser implantado por etapas. O projeto deve ser construído e revisto durante a sua própria execução. Na maioria dos casos, somente durante a realização das ações é que se descobrirá o tamanho real do problema. Isto não dispensa, entretanto, a realização de um bom diagnóstico inicial.

A implantação de soluções discutidas com diversos setores da sociedade e todas as áreas da prefeitura é fundamental para garantir o máximo de adesão à proposta e sua perfeita adaptação à realidade local.

A complexidade do tema exige um minucioso trabalho de identificação de problemas, dificuldades e oportunidades, levando ao estabe-

lecimento de um plano que contemple as várias frentes de atuação: ações destinadas diretamente às crianças, ações de melhoria da qualidade de vida das famílias, especialmente ações de geração de emprego e renda, integradas ou não às ações de implantação de um novo modelo de gerenciamento de resíduos que substitua a utilização de lixões. O fator crítico para o sucesso desse plano é a integração das ações a serem empreendidas.

Para garantir a continuidade do projeto e evitar o retrocesso ao uso de lixões e o recrudescimento do trabalho infantil é necessário formalizar acordos legais, tanto com a participação da comunidade como do ministério público, conselhos tutelar e de defesa da criança e do adolescente, a promotoria de defesa do direito do cidadão e do meio ambiente, secretarias de estado do meio ambiente e habitação.

Os meios de comunicação devem receber atenção especial por conta do seu impacto junto a formadores de opinião, principalmente devido à grande possibilidade de polêmicas, e apresentar para a população as diversas (e muitas vezes conflitantes) opiniões sobre o tema, permitindo ao cidadão tirar suas próprias conclusões, a serem defendidas nos fóruns de participação.

## PROGRAMA LIXO E CIDADANIA

**A campanha "Criança no Lixo, nunca mais" será lançada no início de junho. As prefeituras que enviarem para o Unicef o questionário sobre a situação da coleta, da destinação final e sobre as pessoas que trabalham no lixo no município e o termo de intenção de trabalhar pela erradicação do trabalho infantil no lixo, assinado pelo prefeito, receberão um kit com diversos materiais de orientação, como os manuais do promotor, de financiamento, do catador, e relatos de experiências de coleta seletiva e de prefeituras que já desenvolvem projetos para tirar as crianças dos lixões. A intenção principal do questionário e do termo de intenção é cadastrar as prefeituras que estiverem empenhadas nesta campanha e oferecer informações que auxiliem a promover os direitos da criança à saúde, educação,**

**bem-estar e sobre a gestão de resíduos sólidos.**

**Espera-se que, a partir da constituição de uma rede entre projetos e programas específicos que já existem, seja possível favorecer a criação de outros, para alcançar os objetivos propostos:**

- promover a inclusão social com cidadania das crianças e adolescentes e de suas famílias que vivem e sobrevivem como catadores de lixo;
- retirar das ruas e dos li-

**xões as crianças e adolescentes que vivem e sobrevivem como catadores de lixo;**

- reduzir a morbi-mortalidade na infância e na adolescência nas famílias das áreas degradadas por lixo;
- reduzir o impacto ambiental produzido pelo descarte aleatório do lixo nos aglomerados humanos;
- contribuir para a construção do conhecimento sobre o tema, visando a formulação de políticas públicas;
- contribuir para melhorar

**a situação econômica e social das famílias que sobrevivem da economia de reciclagem dos resíduos sólidos;**

- articular com os agentes financiadores nacionais e internacionais a inclusão de programas de atendimento especializado às crianças e adolescentes catadores de lixo, nos processos de qualificação de projetos de financiamento para limpeza pública; e

**• contribuir para o planejamento e implementação da abordagem intersectorial na resolução dos problemas sociais e ambientais de gestão de resíduos sólidos.**

**A meta destas ações deve ser erradicar o trabalho infantil; colocar todas as crianças na escola; reduzir a mortalidade infantil; gerar emprego e renda; recuperar as áreas degradadas; implantar sistemas de coleta seletiva tendo os catadores como parceiros prioritários; e erradicar os lixões.**

Maiores informações sobre a campanha e o kit podem ser solicitadas ao Unicef pelo fax 061-349-0606.

Autores: José Carlos Vaz e Veronika Paulics - Consultora: Elisabeth Grimberg.

Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil  
CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050  
- e-mail: polis@ax.apc.org